

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.357.479 - SP (2018/0227183-0)**

AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO  
ADVOGADO : RAFAEL PEREIRA BACELAR - SP296905  
AGRAVADO : DROGARIA SÃO PAULO S.A  
ADVOGADOS : ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO - SP237754  
PAULO EDUARDO GERMANO PALENZUELA - RJ185924

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

ADMINISTRATIVO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - COMPETÊNCIA DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA PARA FISCALIZAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTAS - FIXAÇÃO DA MULTA EM PATAMAR SUPERIOR AO MÍNIMO LEGAL: EXIGÊNCIA DE MOTIVAÇÃO.

1. Compete ao Conselho Regional de Farmácia a fiscalização do exercício da profissão e a aplicação de multa às empresas com estabelecimentos exploradoras de serviços para os quais sejam necessárias às atividades de profissional farmacêutico (artigo 10, alínea "c" e artigo 24, da Lei Federal nº 3.820/60).

2. É cabível a redução da multa, prevista no artigo 1º, da Lei Federal nº 5.724/71, ao mínimo legal, em razão da ausência de fundamentação para a fixação da penalidade. Precedentes.

3. Apelação parcialmente provida.

Os valores inscritos nas Certidões da Dívida Ativa (CDAs) executadas perfazem o montante total de R\$ 12.462,51 (doze mil, quatrocentos e sessenta e dois reais, e cinquenta e um centavos), atualizado até o mês de abril de 2008.

No recurso especial, a parte recorrente alega, em suma, que as multas por ela aplicadas, as quais originaram as CDAs que lastrearam a execução fiscal embargada, estão respaldadas pelo art. 24 da Lei n. 3.820/1960, razão pela qual são legais e regulares.

Aduz, em síntese, que a aplicação de multa tem por finalidade a coibição do desrespeito às normas regulamentares afetas ao exercício profissional e, quando realizada com a observância dos parâmetros quantitativos legalmente estabelecidos, como no caso em tela (art. 24, *parágrafo único*, da Lei n. 3.820/1960), compreende atividade administrativa

discricionária, cujo mérito não se sujeita à interferência do Poder Judiciário.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O Tribunal de origem não admitiu o recurso especial, com base na impossibilidade de reexame de fatos e provas na via recursal eleita (Súmula n. 7/STJ).

É o relatório. Decido.

Considerando que a parte agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão de inadmissão, passo ao exame do recurso especial interposto.

Depreende-se do art. 105, III, da Constituição Federal, que a competência do Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, encontra-se vinculada à interpretação e à uniformização do direito infraconstitucional federal.

Nesse contexto, impõe-se não apenas a indicação precisa do dispositivo legal federal supostamente contrariado pelo Tribunal de origem, mas também a delimitação da violação da matéria inculpada no regramento indicado, para que, assim, seja viabilizado o necessário confronto interpretativo e, conseqüentemente, o cumprimento da incumbência constitucional revelada com a uniformização do direito infraconstitucional sob exame.

A partir da análise das razões recursais, é possível observar que a parte recorrente não amparou o seu inconformismo na violação de nenhum dispositivo infraconstitucional federal específico, limitando-se a apresentar seus argumentos.

Diante da deficiência recursal acima pronunciada, aplica-se ao caso em tela, por analogia, o óbice constante da Súmula n. 284 do STF, segundo a qual (*in verbis*): "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido, confirmam-se:

PROCESSO CIVIL. PETIÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. TESE VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO DE OFÍCIO. ART. 494, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão

realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - No julgamento dos Embargos de Declaração, assentou-se que a questão relativa aos honorários sucumbenciais foi apresentada apenas naquela oportunidade, não obstante suscitada no Recurso Especial.

III - Evidenciada a existência de erro material, passível de correção de ofício, a teor do art. 494, I, do Código de Processo Civil de 2015.

IV - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso que não aponta o dispositivo de lei federal violado pelo acórdão recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

V - Erro material corrigido, de ofício, sem alteração do resultado do julgamento.

(PET no REsp n. 1.689.364/PR, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 4/12/2018, DJe 12/12/2018.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS SUPOSTAMENTE VULNERADOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A falta de indicação dos dispositivos legais que teriam sido eventualmente violados cujos conteúdos normativos sejam capazes de amparar a tese recursal a eles associada faz incidir à hipótese o teor da Súmula 284 do STF, por analogia: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

2. Ademais, ressalte-se que, "derrogado o § 2º do art. 315 pelo § 1º do art. 278 do CPC com a edição da Lei 9.245/95, cabível é apreciação de 'pedido reconvenicional' postulado em ação de rito sumário, na contestação" (REsp 133.131/RJ, Rel. Ministro Waldemar Zveiter, Terceira Turma, julgado em 23/2/1999, DJ 19/4/1999, p. 134), e, por conseguinte, admitida a formulação de pedido contraposto.

3. A revisão da conclusão estadual demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.262.440/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 17/12/2018, DJe 1º/2/2019.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

